

A família e os direitos da infância: a perspectiva dos progenitores.

Wagner, Adriana, Verza, Fabiana, Tronco, Cristina y Armani, Ananda.

Cita:

Wagner, Adriana, Verza, Fabiana, Tronco, Cristina y Armani, Ananda (2007). *A família e os direitos da infância: a perspectiva dos progenitores*. XIV Jornadas de Investigación y Tercer Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-073/483>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/e8Ps/DPh>

A FAMÍLIA E OS DIREITOS DA INFÂNCIA: A PERSPECTIVA DOS PROGENITORES

Wagner, Adriana; Verza, Fabiana; Tronco, Cristina; Armani, Ananda
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo explorar la percepción de los progenitores sobre los derechos de la infancia. La investigación ha utilizado una metodología cuantitativa. La muestra está compuesta por 250 padres de nivel socio-económico-cultural mediano. El instrumento para la recogida de los datos es un cuestionario para los padres de los niños con edades comprendidas entre los 8 hasta los 12 años, compuesto por 21 preguntas distribuidas en una escala Likert de 5 puntos. Los participantes fueron contactados por medio de escuelas de la red pública y privada, y los cuestionarios enviados a los progenitores a través de los hijos en la escuela. El análisis de los datos fue realizado a partir de un estudio descriptivo de las respuestas, verificando las frecuencias, porcentajes y desvíos padrones. A través de este análisis fue posible verificar que de una manera general, los padres reconocen que los niños y niñas tienen derechos y por lo tanto estimulan la práctica de los mismos. Un ejemplo son los resultados en que 66% de los progenitores investigados perciben que los niños y niñas tienen el derecho de expresar lo que piensan, así como 86,3% piensan ser importantes estimular su hijo/a a expresar sus deseos sobre lo que quieren ser en el futuro.

Palabras clave

Derechos humanos Familia Infancia

ABSTRACT

FAMILY AND CHILDREN'S RIGHTS:
A PARENT'S PERSPECTIVE

This study aims to investigate the acknowledgment that parents have concerning children's rights. The sample is composed by 250 parents (fathers and mothers) of middle-class social level with children in school age. The participants were contacted through public and private schools. The data collection has been done through a questionnaire specifically designed for this study that aimed to explore parent's knowledge and opinion about children's rights with 21 questions in a 5-point Likert scale (1-very unsatisfactory; 5-very satisfactory) and 4 dichotomized questions (yes/no). To analyze the data, a descriptive study of the dichotomized answers was made, verifying frequencies, percentage, and standard deviations. Parents recognize that boys and girls have rights and therefore stimulate the practice of them. As an example, the results showed that 66% of the parents are conscious that their children have the right to express what they think, just as 86,3% think it is important to stimulate their children in expressing what they want to be in the future.

Key words

Human rights Family Childhood

Mesmo sendo a Convenção dos Direitos da Infância um tratado universal, sabe-se que a forma como a criança percebe o mundo é reflexo do contexto na qual ela está inserida (Bronfenbrenner, 1996). Sendo assim, os métodos de promoção dos direitos da infância e do processo de conscientização e internalização das leis se dá conforme as condições do meio no qual a criança está inserida. Nesse caso, torna-se importante investigar os contextos significativos para as crianças a fim de ampliar a compreensão do processo de educação para os direitos na infância.

Frente a isso, o objetivo desse trabalho é o de investigar o reconhecimento que pais, mães fazem a respeito dos direitos das crianças.

METODOLOGIA

Esta pesquisa seguiu uma abordagem eminentemente quantitativa, com delineamento transversal descritivo, visando explorar e conhecer as opiniões dos pais de crianças em idade escolar sobre os direitos da infância.

AMOSTRA

250 pais e mães da capital e do interior do estado de nível sócio-econômico-cultural médio. Os participantes foram contatados por meio de escolas da rede de ensino público e particular. O questionário dos progenitores estava composto por 21 questões em uma escala Likert de cinco pontos (*1-nada satisfeitos; 5-totalmente satisfeitos*) e 4 questões do tipo dicotômicas (*"sim" ou "não"*).

RESULTADOS

Caracterização da amostra

A amostra de progenitores foi constituída na sua maioria (64,3%) pelas mães. Os pais responderam a 16,8% dos questionários, enquanto 17,2% responderam juntos (pai e a mãe). Outros membros da família foram responsáveis por responder a 1,6% dos questionários.

Em relação ao sexo do filho, 56,9% eram meninas e 46,1% meninos. A idade dos filhos variou entre 7 e 12 anos. Optou-se por agrupar em dois sub-grupos, um de 7 a 9 anos e outro de 10 a 13, nas questões onde a resposta poderia estar vinculada a idade.

Com relação ao tipo de escola em que estudam os filhos dos progenitores 53,2% frequenta escolas particulares, 42,4% estuda em escola federal e 4,4% em escola pública.

No que se refere à configuração familiar, a maior parte da amostra, 68,2% pertence à configuração nuclear, coabitando pai, mãe e filhos. 27,4% pertencem a famílias monoparentais nas quais vive a mãe com os filhos enquanto 1,0% vive o pai com os filhos. 3,5% das famílias são reconstituídas, coabitando a mãe, o padrasto e os filhos. Em um grande número da amostra, 79,5% os avós moram com a família e em 11,4% dos casos algum tio vive com a família, 6,8% vivem com primos e 2,3% vivem também com a empregada.

Com relação ao local aonde vivem a maior parte dos progenitores, 86,7% mora na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. 13,3% da amostra vive na região metropolitana de Porto Alegre.

A maioria dos progenitores trabalha fora, sendo 84,2% dos pais e 71,1% das mães. Também a maioria possui segundo

grau completo, sendo 44,3% dos pais e 37,9% das mães. 31,9% das mães têm terceiro grau completo e 27,5% dos pais. Apenas 1,3% dos pais possuem pós-graduação e 4,8% das mães.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os progenitores mostraram não interferir em algumas questões sobre a autonomia dos filhos como a liberdade para que escolham as próprias amizades (73,1%), possam falar ao telefone com privacidade (75,4%), ter um diário pessoal privado e comprar seus próprios sapatos (36,1%). Ademais, relataram acreditar que as crianças têm o direito de expressar livremente o que pensam (66,0%), assim como pensam ser importante estimular seus filhos a expressar o que querem ser no futuro (86,3%).

Nas questões onde os progenitores apresentaram respostas significativamente distintas é interessante destacar que grande parte destas referem-se à orientação proporcionada pela escola com relação à solidariedade e direitos humanos. Os pais dessa amostra parecem apresentar uma postura pouco crítica sobre a educação proporcionada pela escola a seus filhos porque provavelmente também não receberam uma educação voltada aos seus direitos como cidadãos. Os progenitores demonstraram conhecimento sobre a sua existência e principalmente denotaram a importância de que seus filhos os exerçam. Entretanto, a percepção crítica dos pais sobre o quanto os direitos de seus filhos são respeitados no que se refere à escola, a infra-estrutura das cidades em que vivem e o quanto eles próprios respeitam os direitos de seus filhos, não foi o ponto forte das respostas.

A partir desses resultados parece que os pais necessitam, em distintas perspectivas, orientação sobre o que são os direitos da infância e sobre suas responsabilidades como pais em relação aos mesmos. Dessa forma eles poderão desenvolver uma postura mais crítica no que concerne a escola e ao governo de seus países e estarem mais habilitados para ajudar que seus filhos tenham seus direitos assegurados.

De uma maneira geral, o fato dos pais reconhecerem os direitos da infância, parece favorecer a promoção destes aos seus filhos no âmbito da família e da escola.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1989.

BROFENBRENNER, U.: A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASAS, Ferran Aznar: Children's rights and children's quality of life: conceptual and practical issues. Social Indicators Research, 42, p. 238-298, 1997.

CASAS, Ferran Aznar: Children's rights and children's quality of life: conceptual and practical issues. Social Indicators Research, 42, p. 238-298, 1997.

ECA, Estatutos do Direito da Infância e Adolescência, 1990.

ECA, Estatutos do Direito da Infância e Adolescência, 1990.

KRAMER, Sonia: Infância, educação e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Ed. Ravil, 1998.

LANSDOWN, G.: The evolving capacities of the child. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre/Save the Children Sweden, 2005.

MONTANDON, Cléopatre: As Práticas Educativas parentais e a experiência das crianças. Educação & Sociedade, vol. 26, n. 91. Campinas, Mai/Ago, 2005.

Psicología de la Salud, Epistemología y Prevención
